

18° Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: 19: Literatura e Ciências Sociais

Os percursos de Cassandra: literatura lésbica e disputas morais na Ditadura
Civil-Militar Brasileira

Ismênia de Oliveira Holanda, Universidade Federal do Ceará
Antonio Cristian Saraiva Paiva, Universidade Federal do Ceará
Marcelle Jacinto da Silva, Universidade Federal do Ceará

1. Os percursos de Cassandra

Com a tese intitulada *Censura e Esquecimento: uma análise sociológica da trajetória de Cassandra Rios* estuda-se a questão do esquecimento pelo qual passou uma das escritoras brasileiras que mais vendeu livros no século XX. O eixo central da tese em construção é a figura polêmica que foi Cassandra Rios e os processos que a fizeram morrer esquecida pelo público e pelo mercado editorial no início do século XXI.

O foco de estudos é perceber Cassandra Rios como um caso emblemático de esquecimento moral no Brasil pós-Ditatorial, abrangendo para pensar esse esquecimento as dimensões pessoal, social e literária. Para tanto, está sendo realizada uma análise que engloba análise de pareceres e processos judiciais, entrevistas e matérias em veículos de comunicação, análise das obras memorialísticas da autora e entrevistas com pessoas que conviveram com Cassandra Rios.

Cassandra é vista como uma pessoa que desacatava a moral e os bons costumes de uma época, porém, e hoje como ela é vista? Será mesmo que existe este esquecimento que tanto se ouve na voz de seus familiares e amigos? Será possível mensurar os motivos que levaram a tal situação sobre a memória coletiva sobre a autora? Penso que estes questionamentos irão somar-se a outros no decorrer da pesquisa e sobre eles pretendo trabalhar. Porém, o que se tem percebido nestes meses de pesquisa é que questionamentos vão aumentando na medida que tenho cada vez mais contato com a vida e obra de Cassandra Rios.

Para refletir sobre a trajetória de Cassandra Rios faz-se necessário estabelecer uma relação com os momentos sociais e políticos pelos quais passou o Brasil ao longo de sua vida, entre os anos de 1932 e 2002. Esta contextualização histórica auxilia a entender a trajetória da autora, fugindo da “ilusão biográfica” que Bourdieu afirma ser a ilusão de pensar a noção de trajetória como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente” (BOURDIEU, 1996a, p. 81). É necessário perceber os acontecimentos biográficos como alocações e deslocamentos dentro do espaço social.

Neste sentido, Kofes (2001) mostra que para fazer o exercício biográfico não é necessário conhecer toda a história do sujeito, mas a relação entre a experiência social e a trajetória singular, trançando a densa rede de relações que o envolve, sendo importante o intercruzamento de narrativas (KOFES, 1994). Ainda a respeito desta categoria, são interessantes os estudos de Queiroz (2004, 2009) sobre a relação entre ditadura militar e trajetória artística, a partir do caso de Ney Matogrosso.

Nascida em 03 de outubro, no bairro de Perdizes, em São Paulo, Odete Rios Pérez Perañez foi criada em uma família católica e de ascendência espanhola. À época de seu nascimento, o Brasil era governado ditatorialmente por Getúlio Vargas, período que durou até 1945 e ficou conhecido como Era Vargas. Neste momento foram criados ou aperfeiçoados órgãos de censura e repressão, a exemplo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que permaneceram no período pós-Getúlio e foram modificados e fortalecidos na Ditadura Civil-Militar (FAUSTO, 2001).

Odete usou o pseudônimo Cassandra desde o início de sua carreira. Em 2001, quando questionada sobre o motivo deste nome, ela respondeu:

Eu ouvia esse nome. Escutava alguém me chamar de Cassandra. Ouvia e tinha sonhos... Até hoje me deixa um pouco agonizada, é sombrio demais... Eu era menina e fui pegar um retrós para minha mãe. Abri a gaveta e ouvi atrás de mim uma voz, Cassandra, Cassandra. Joguei a gaveta longe, saí correndo! Tinha um sonho com um coche preto que me esperava, e também me chamavam de Cassandra. Eu tinha uns 9 anos. (LUNA, 2001, p. 15)

Rios começou a escrever histórias aos treze anos e aos quatorze ganhou o concurso O Conto do Dia, do *Jornal O Tempo*, e teve seus contos *Tião*, *o engraxate* e *Uma aventura noite adentro* publicados. Depois disso publicou poesias e crônicas em jornais e teve uma coluna de crônicas intitulada *Coisas de Cassandra* na *Revista Capricho* (PIOVEZAN, 2005). Sobre este início precoce de sua carreira enquanto escritora ele faz um sensível relato na obra *Censura*, no qual diz que

Emocionada ouviu oferecerem-lhe uma sessão na “REVISTA CAPRICHOS” à qual ela mesma dera o nome de “COISAS DE CASSANDRA”.

As cartas que recebeu da EDITORA ABRIL, Odette guarda como se fossem relíquias. São suas relíquias. (RIOS, 1977, p. 102)

Em 1948, com o seu primeiro livro, *A Volúpia do Pecado*, observa-se uma ruptura nas histórias pueris e o início de uma polêmica carreira. Trata-se da primeira obra brasileira a centrar-se na descrição da descoberta do amor homossexual entre duas jovens e no desenrolar deste romance. Devido à inovação da temática e à forma natural com a qual este amor é tratado, o livro passou a ser alvo de perseguições e a autora passou a ter sua vida questionada. A publicação ocorreu graças à ajuda financeira de sua mãe, Damiana Rios, que segundo a autora lhe emprestou o dinheiro com a condição de jamais ler a obra.

Como o livro foi publicado quando ainda era menor de idade, nada foi feito contra Rios. Porém, em 1951, ao completar vinte e um anos, ela foi processada e, em 1952, foi condenada por atentado à moral, devendo pagar multa e permanecer por um ano em prisão domiciliar. É importante ressaltar que em 1952 o Brasil não vivia mais um período de ditadura, pois Vargas havia sido eleito presidente. Ocorre que os resquícios de seu período ditatorial ainda eram muito fortes, tanto moralmente, quanto na legislação.

Diante de questionamentos sobre sua vida particular devido ao seu livro e também devido a pressão de sua família católica, Rios casou-se na Igreja com um colega. Entretanto, o casamento foi somente uma fachada, seguindo os ritos que mandava o estilo católico e burguês da época (RIOS, 1974). A autora fez poucos relatos acerca deste momento da sua vida, mas afirma que “após a cerimônia fomos para a lua de mel: o Eugênio para o Rio, eu para o Guarujá” (LIMA, 2009, p. 53). Foi a existência deste casamento que possibilitou a Rios fugir do controle da família e continuar escrevendo sobre temas considerados polêmicos.

Entre 1952 (primeira prisão) e 1964 (Golpe Militar) a autora continuou a publicar livros com a temática lésbica, sendo um sucesso de vendas e de público. Porém, mesmo com o sucesso, ela não parou de sofrer perseguições e processos judiciais por atentado à moral e aos bons costumes. Em 1962, oito dos seus dez livros estavam proibidos e Rios foi condenada a pagar multa por ultraje ao pudor, por escrever e distribuir literatura pornográfica.

A situação de perseguição agravou-se com o advento da ditadura civil-militar e com o aprimoramento dos instrumentos de repressão e censura. A censura ocorreu entre os anos de 1964 (Golpe Militar) e 1988 (Assembleia Nacional Constituinte). Segundo Silva (2010), a censura aos livros ocorreu tardiamente e em menor escala se comparada a outras expressões, como cinema, teatro e música. No caso dos filmes, era obrigatório o crivo dos censores antes do lançamento. Já com os livros, as censuras ocorriam a partir de denúncias e posterior avaliação da obra (RIDENTI, 2000; MARCELINO, 2011).

A partir de 1968, com o advento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a censura passou a ser mais estruturada, ao sair da esfera estadual para a esfera federal, tornando-se função do Ministério da Justiça. Em 1970, com o Decreto 1.077, instituiu-se a censura prévia a livros atentatórios à moral e aos bons costumes. No preâmbulo do decreto, afirma-se a existência de um projeto ideológico comunista na vinculação de tais obras, pois estariam dentro do plano de subversão da moral da sociedade brasileira, visando desestabilizar a família e, por conseguinte, a segurança nacional (REIMÃO, 2011).

Entre 1960 e 1970, Cassandra atingiu cifras de vendas apenas comparáveis às de Jorge Amado. Segundo reportagem publicada na revista *Realidade* de março de 1970, Cassandra Rios

neste ano de 1970, chegará a uma posição jamais alcançada por uma escritora brasileira: será a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos. Ela é a única mulher no Brasil que vive exclusivamente de livros; mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a acompanham. (*Realidade*, mar. 1970)

Em contraste, enquanto ele recebia os louros pelas obras, ela era rotulada de pornográfica e escritora de baixa qualidade literária (VIEIRA, 2010). Interessante é que o próprio Amado foi um dos poucos escritores brasileiros à época a defender publicamente Rios, afirmando que “Cassandra Rios é mestre no ofício do romance” (MOTT, 1987, p. 118). Para além dessa defesa pública, Amado chegou a escrever uma carta para a autora, incentivando-lhe a não largar o ofício de escritora. Sobre este fato a autora escreveu em seu livro *Mezzamaro*:

Entendi a carta de Jorge Amado que veio lá de Salvador, com seus recortes de jornais e revistas, defendendo-me, falando sobre a minha literatura, e sua observação de apoio, incentivando-me, para que eu

não me limitasse, nem parasse de escrever, assim interpretei suas palavras, sábias e firmes, que menciono mais uma vez: ... *Cassandra, pior que a Censura só a auto-censura*. (RIOS, 2002, p. 272)

A questão das censuras que a autora sofreu parecem ser algo que a atormentou durante toda a sua carreira, não somente do ponto de vista profissional, mas também pessoal. Em seus dois livros de memórias a autora fala sobre como lhe doía o fato de ser questionada por escrever tais livros, sendo comparada com as personagens que escrevia, com se todas as suas obras de conteúdo homossexual fossem um relato de suas experiências de vida. Isso para a autora era uma forma de denegrir a sua imagem de escritora, como se ela não tivesse condições de imaginar e criar personagens e situações, mas apenas relatar o que vivia.

Para além da crítica da sociedade civil havia fortemente a questão da censura aos livros, que se intensificou em 1970 com o advento do Decreto Lei 1.077. Este instrumento normativo deixa clara a visão militar em relação às obras que versassem sobre mudanças na sociedade. Para os legisladores militares haveria nessas obras um plano subversivo e não apenas uma questão de afronta à moral e aos bons costumes.

Um dos pareceres dos quais tive acesso versa sobre o ofício de Cassandra Rios enquanto escritora que vendia números consideráveis. Para o censor José Carmo de Andrade,

A autora descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações sublitterárias, onde prefere dar ênfase aos segredos “caça-níqueis” do amor lésbico, sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual. (Parecer nº 79/76, de José Carmo Andrade, 10 fev. 1976,)

Assim, mesmo com todo o sucesso de vendagem, a obra de Cassandra Rios passou por um processo de esquecimento e hoje a autora é considerada “apenas uma pornógrafa” ou “homofóbica”, dado a forma que mostrava suas personagens homossexuais. Neste sentido, há inclusive um debate entre as próprias pessoas que constituem os movimentos de direitos das minorias sexuais. De um lado há aqueles que veem nos textos de Rios um pioneirismo por versar sobre as lésbicas, outros já veem que a autora fez um desserviço, tendo em vista a forma como muitas personagens eram construídas, a exemplo

da personagem Ariela, do livro *A Paranóica*, e que posteriormente foi transformado em roteiro de cinema sendo lançado como uma pornochanchada de título *Ariela*.

Esta personagem passa por uma série de problemas sociais e familiares que a levam a ser considerada paranoica e a fazer maldades com os que a rodeiam, tudo isso em uma história que tem cenas de sexo heterossexual e homossexual, assim como insinuações de incesto e traições. Para o censor Silas de Aquino, em parecer de dezembro de 1978, em tal obra “as descrições dos atos sexuais são feitas nos seus mínimos detalhes, há homossexualismo, violência e o conteúdo do livro é deprimente”.

Há, contudo, teóricas que afirmam que “o ‘esquecimento’ da obra de Cassandra se deu pelo fato dela ser mulher, lésbica e pioneira em tal linguagem e tal temática, fato este confirmado pela liberação da literatura escrita sob pseudônimo masculino (...) A sociedade de maneira geral, incluídos os intelectuais, não a perdoou” (FACO, LIMA, 2004, p. 3). Sobre estas diversas formas pejorativas que a chamavam Cassandra teceu algumas críticas, como é explicitamente colocado no seguinte trecho de um de seus livros de memórias:

Quem muito ataca tem algo para esconder e para temer! Acho que dá pra entender, só não entenderá quem não quiser ficar de acordo com o que eu disser claramente. Na boca desses hipócritas eu era tudo o que há de mais errado, se os xingo de caturros, fariseus, invejosos, assim agora aqui, é para quebrar a ideia que fizeram, de que quem cala consente. Nem sempre, como já disse usei todo o meu tempo para entender e avaliar quem eu era na época e quem era os que me diminuía tanto! Punham-me cognomes como demônio das letras, papisa do Homossexualismo, rainha das lésbicas, quando deveriam ter empregado pelo menos, com mais acuidade, na terminologia correta, “Homossexualidade”, normal variante da Erótica. Nenhum desses cognomes me cabe. Eu não me embandeirei para defesa de nenhuma causa própria, apenas escrevia e continuo, sem temer o visado tema. Audaciosa? Corajosa? Não sei. Apenas escritora (RIOS, 2002, p. 199)

Neste trecho a autora expõe também estar a par das discussões sobre a patologização da homossexualidade, criticando aqueles que utilizam o termo homossexualismo, que é considerado uma forma de crítica à esta prática sexual, tendo em vista que se utiliza do sufixo “ismo”, que denota doença, patologia. A autora, assim, critica aqueles que a criticam por sequer saberem que o termo correto seria homossexualidade, que com o sufixo “ade” denota uma prática comum, assim como a heterossexualidade.

Esta integração de Rios aos movimentos de direitos sexuais é também mostrada em entrevista dada ao programa *Jô Soares Onze e Meia*, na qual ela diz se sentir muito feliz de ter feito parte do início do movimento de direitos dos homossexuais, colocando a figura das lésbicas em debates com seus livros. A autora nesta tocante entrevista fala sobre como se sente feliz ao olhar da janela da sua casa milhões de pessoas na Avenida Paulista, lutando por direitos e se divertindo, e saber que ela ajudou um pouco para que isso acontecesse.

Segundo Rick Santos, “a linguagem e a literatura de Cassandra Rios têm valor cultural e histórico de resistência, pois documentam histórias apagadas pelo sistema de repressão e censura da ditadura militar, e contestam o sistema hegemônico da heterossexualidade compulsória” (SANTOS, 2005, p. 180). Já Facco e Lima afirmam que os textos foram “escritos sob os tacões homofóbicos da rígida censura militar, do desprezo da militância de esquerda e da repressão da sociedade patriarcal brasileira” (FACCO, LIMA, 2004, p. 2).

Entre 1975 e 1979, quando Armando Falcão foi Ministro da Justiça, houve um maior percentual de obras censuradas. Marcelino (2011) faz interessante ressalva sobre este período, pois nele é perceptível uma contradição importante. No campo político, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ficou lembrado como o período de “distensão lenta, gradual e segura” para o regime democrático (FAUSTO, 2001), porém, no campo da produção literária, foi o momento em que mais houve obras censuradas com base no decreto 1.077/70.

Foi na gestão de Falcão que teve início a maior censura pela qual passou a autora, culminando com a proibição de todos os seus livros em 1977 (COELHO, 2002). Neste ano, ela lançou uma obra autobiográfica intitulada *Censura: minha luta, meu amor*, no qual faz uma defesa de si, enquanto mulher e escritora, duas faces que enfatiza como distintas, pois Odete é a mulher e Cassandra é a escritora. Odete, então, em um ato de defesa à Cassandra, envia uma cópia da obra para o Presidente Ernesto Geisel.

Censurada e perseguida, a autora, assim como fizeram outros artistas brasileiros, usou pseudônimos. Nasceram Rivers, Stroms, Fleuve, Rivier, etc, todos traduções de seu sobrenome. Segundo Rios, nestes livros havia uma clara intenção: fazer obras pornográficas, diferentes daquelas que escrevia como Cassandra. Mesmo sendo abertamente sexualizados, os livros de autores homens e estrangeiros não eram proibidos, o que fez a autora concluir: “não

eram meus livros que estavam proibindo e sim a escritora que na época mais vendia. Tanto assim que esses romancinhos intencionais, gerados por uma grande revolta, igualmente escritos por mim, eram adquiridos sem nenhum problema” (RIOS, 2000, p. 134).

Os editores que a publicavam com pseudônimos estrangeiros sabiam que aqueles eram livros da autora e que tinham probabilidade de serem sucessos de vendas. Porém, eles não mais faziam com ela Contrato por Participação nos Lucros das obras vendidas, mas somente contratos de Cessão de Direitos Autorais Definitiva. Isto fazia com que eles pagassem um valor baixo pelas obras e lucrassem muito, pois as mesmas, em geral, vendiam na faixa de 300 mil exemplares e eram os concorrentes diretos dos livros de Cassandra Rios.

Considerando que estavam censurados os livros em seu nome e com os quais Rios ganhava de acordo com a venda, ela teve sua renda como escritora quase anulada. Ao longo do tempo, isso fez com que ela vendesse seus bens para sobreviver. O que foi construído nos anos de glória de vendas foi dilapidado durante a perseguição política e literária na ditadura e nos anos de reabertura política, quando os efeitos da censura tinham sido devastadores e suas obras, assim como a autora, estavam estigmatizados e em processo de esquecimento. Após estas reviravoltas em sua vida, Rios afasta-se da escrita na década de 1980 e se dedica à revisão de livros e à pintura.

2. Acerca do método: meus percursos por Cassandra

Para adentrar no objeto de estudo em questão, tenho pesquisado em algumas linhas, primeiramente, estou catalogando uma série de matérias de jornais e revistas sobre e com Cassandra Rios. Paralelo a isso já iniciei a análise de tais matérias e entrevistas veiculadas em meios de comunicação.

Um fator que tem facilitado o meu trabalho é que muitos destes materiais estão sistematizados virtualmente, principalmente os pertencentes aos acervos de jornais de grande circulação, a exemplo de *Folha de São Paulo* (<http://acervo.folha.uol.com.br>) e *O Globo* (<http://acervo.oglobo.globo.com/>), no qual já encontrei tanto referências aos livros censurados e polêmicas envolvidas com autora. Porém, além destes periódicos de grande circulação e ainda hoje

existentes, estou catalogando e analisando materiais de jornais e revistas que hoje não mais existem, como *ChanaComChana*, *O Pasquim*, *Realidade e Manchete*, que realizaram entrevistas com a autora. Tenho tido êxito nesta catalogação graças a grupos de direitos LGBTs que guardaram e digitalizaram algumas destas matérias, por exemplo, o Acervo Bajubá, e graças a pesquisadores que também o fizeram.

Esta análise preliminar dos materiais jornalísticos catalogados tem me ajudado a perceber um outro aspecto da relação de Rios com outros escritores, pois encontrei, para minha surpresa, autores como Clarice Lispector e Jorge Amado falando bem de Rios e defendendo-a diante da exclusão por parte de outros literatos. Encontrar tais documentos nos quais autores prestigiados saem em defesa de Rios foi uma surpresa na pesquisa, tendo em vista que eu vinha seguindo uma linha de pensamento no qual via Rios como rejeitada pelo cânone literário. Linha esta que acessei a partir de entrevistas dadas pela autora, por depoimentos de familiares em meios de comunicação e pelas próprias palavras de Rios em um de seus livros autobiográficos, no qual ela traça memórias literárias e demonstra insatisfação com o cânone, pois este desprezaria os autores populares. Rios afirma: “é corretíssimo que prestigiem e deem troféus aos grandes clássicos, mas que não se honre apenas os escolhidos pelas igrejazinhas, que também respeitem o mais popular em vez de diminuí-lo e massacrá-lo, só porque foi um *best-seller*, que não permitiriam classificar como *best-writer*” (RIOS, 2000, p. 31).

É importante também atentar para algumas poucas participações da autora na televisão, a exemplo da esclarecedora entrevista que ela concedeu ao programa *Jô Soares Onze e meia* em 1990. Além disso, há também o documentário *A Safo de Perdizes*, lançado em 2015, que traz diversas matérias sobre Cassandra Rios e sobre as pessoas que com ele conviviam, sendo, pois, uma fonte de análise e ponto de partida para algumas das entrevistas que pretendo futuramente realizar.

Uma outra linha de pesquisa que tenho feito neste momento é a análise de obras autobiográficas e memorialísticas, não somente de Cassandra Rios, mas também de pessoas envolvidas na questão da censura moral no período da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Bosi em seus estudos reflete sobre qual seria a melhor forma de entender a construção social da memória individual e sua relação com a memória coletiva. Segundo ela, o "único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória" (BOSI, 2012, p.68). Seguindo esta linha de pensamento, o caso desta pesquisa é privilegiado, pois há livros autobiográficos de Cassandra Rios.

Tenho, assim, analisado as duas obras de cunho autobiográfico da autora, a saber: *Censura – minha luta, meu amor*, de 1977, e *Mezzamaro, Flores e Cassis – O pecado de Cassandra*, de 2000. A primeira obra foi escrita durante o período em que estavam ocorrendo as censuras e os processos judiciais e nela há um relato e uma contundente defesa de seu trabalho de escritora diante das censuras. Já a segunda obra foi lançada quando a autora já se encontrava afastada dos grandes meios de comunicação e nela Cassandra Rios traça sua trajetória literária.

Para além deste material autobiográfico de Rios, estou tendo um olhar atento ao material produzido pelos próprios atores da censura sobre o tema. Há livros publicados ainda na época, como a obra do ex-Ministro da Justiça Alfredo Buzzaid (1970), e livros de memórias, como o do também ex-Ministro da Justiça Armando Falcão (1989), os quais também já tive acesso, porém ainda não iniciei uma real análise, mas apenas li alguns trechos, o que já me fez perceber que podem ser também fontes fecundas para a minha pesquisa. Com estas obras não se busca "dizer o que houve", mas entender o que foi visto, sentido e experimentado, do ponto de vista dos autores, em relação aos acontecimentos (GOMES, 2004).

Tenho também realizado uma pesquisa e análise de processos judiciais e de documentos oficiais da censura aos livros. Estou acessando por hora os documentos que se encontra digitalizados e disponíveis na internet nos acervos de instituições públicas, a saber: o Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br/>), o Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) (<http://www.jusbrasil.com.br/>) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>).

Em 2005, a Casa Civil da Presidência da República determinou, através do decreto 5.584, que todos os documentos de instituições federais referentes à

ditadura fossem encaminhados para o Arquivo Nacional, em Brasília. Ocorre que este traslado ainda está em processo. Desde 2012, com a Lei de Acesso à Informação, estes documentos estão sendo disponibilizados para o público no Banco de Dados Memórias Reveladas. Já os documentos do estado de São Paulo, principalmente do DEOPS, estão abertos desde 1994 por determinação da Secretaria de Cultura. Este acesso à informação têm permitido que a sociedade brasileira busque lembrar e entender o seu passado ditatorial e parte deste entendimento tem sido mediado por pesquisas acadêmicas como a que aqui se propõe.

Porém, mesmo com tais leis facilitando o acesso aos documentos, alguns deles somente podem ser acessados nas próprias instituições, mediante uma prévia solicitação. Estou, assim, acessando ainda *in loco* os documentos existentes em três que contém informações sobre Cassandra Rios: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, o Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e o Fundo Divisão de Censura de Diversos Públicas no Arquivo Nacional (Brasília).

Neste momento ainda acessando e analisando os documentos que versam sobre as perseguições sofridas por Rios no âmbito institucional, a exemplo dos diversos processos de censura dos seus livros. Pretendo continuar acessando os documentos já citados e percebo que novos documentos a serem analisados estão sendo produzidos no decorrer da pesquisa.

Um dos documentos em questão é o relatório produzido conjuntamente pela sobrinha da escritora, Liz Rios e a Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB-SP) no intuito de fazer um estudo sobre as perseguições, censuras e cerceamentos de liberdade sofridos por sua tia, para que Rios seja considerada postumamente perseguida política da ditadura civil-militar brasileira.

Este relatório foi entregue a Comissão da Nacional da Verdade (CNV) e busca mostrar como a perseguição moral a seus livros a levou à bancarrota financeira e ao esquecimento social e literário. Segundo as palavras de Liz Rios e de seus advogados, a família deseja o direito à memória e à justiça e espera com isso que Cassandra obtenha o *status* de perseguida política, por sua militância enquanto livre-pensadora, por representar uma coletividade que

não tinha representação naquele momento e por estimular e explicitar a (r)evolução da mulher nos anos 1960/1970.

A produção deste documento pela família fez com que um outro documento fosse também produzido. Trata-se de uma parte do Relatório da CNV no qual Cassandra Rios é elencada como um dos exemplos de perseguição sistemática da ditadura aos homossexuais. No *Relatório Da CNV: Volume II – Textos Temáticos - Texto 7 - Ditadura e homossexualidades* (http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571), Cassandra é tratada da seguinte forma:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. Pode-se afirmar que Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar. (Relatório CNV, Volume 2, p. 304-305)

Tal inserção da autora em um relatório oficial do estado sobre os efeitos sociais da Ditadura provavelmente irá abrir portas para mais debates sobre a figura de Cassandra Rios. Debates este que pretendo acompanhar.

Busco ainda abordar nesta pesquisa uma censura menos fácil de adentar: a censura existente no próprio meio de escritores. Para isso pretendo realizar entrevistas com pessoas que conviveram com a autora e buscar com elas indícios que possam me levar a entender melhor essa relação de uma autora *best seller* com os demais escritores que a rejeitavam por não a considerarem possuidora de uma escrita engajada diante dos problemas políticos do Brasil.

Pollack (1989) afirma que a memória coletiva ocorre de forma homogeneizante, sendo assim opressiva e destruidora, o que não exclui a existência de memórias subterrâneas, que aguardam um momento para emergir. Creio que a realização de entrevistas é um momento-chave para que estas

memórias subterrâneas venham à tona, atentando para o fato de que há uma construção do testemunho por parte do entrevistado, visando selecionar lembranças para minimizar ou aumentar a importância de fatos, como alertam Voldman (2006) e Bosi (2012). Pretendo, também, após a análise dos materiais já citados, realizar entrevistas com familiares, amigos e pessoas que conviveram com Cassandra Rios. Destes entrevistados, já tenho acesso a algumas das pessoas, devido a contatos de pesquisas anteriormente realizadas sobre literatura lésbica no estado de São Paulo.

3. Uma lupa sobre Cassandra

Na busca por um aparato teórico que me auxilie na pesquisa, tenho entrado numa seara de textos e temas que ainda não tinha tido a oportunidade de conhecer antes de iniciar esta pesquisa. Tenho focado principalmente minhas leituras em textos que me auxiliem em entender como a imbricação de Literatura, Sociologia e História podem ser campos de análise para o estudo de uma trajetória, a trajetória da escritora Cassandra Rios.

Tenho buscado ler obras que estejam entre estes três campos do conhecimento e que versem sobre temas correlatos a pesquisa, como censura a livros, ditadura, memória, biografia, trajetória de escritoras, etc. Estou tentando realizar uma revisão bibliográfica interessada, voltada para minha temática, catalogando, livros, artigos, dissertações e teses que possam me auxiliar na pesquisa, que versem sobre Cassandra Rios ou sobre os temas citados.

Stephen Bann, no texto *As invenções da História*, nos mostra que há outras formas não científicas, mas válidas de problematizar a História. Penso que especialmente a literatura é uma destas formas não científicas pela qual podemos acessar a História e as disputas pelo predomínio narrativo e controle do imaginário, mostrando-nos disputas existentes em outros campos sociais.

Já a sociologia tem uma tradição de estudo da literatura, compreendendo-a não somente como um objeto artístico e individual do autor. Entende-se as obras literárias e a produção do artista como sendo decorrentes da interação simbólica entre ele e o contexto social de sua vivência (BOURDIEU, 1996b), fruto de uma relação entre indivíduo e sociedade, entre autor e campo, sendo, neste sentido uma ação coletiva (BECKER, 1977).

Optou-se por analisar sociologicamente a trajetória de Cassandra Rios, um caso emblemático de esquecimento no período pós-ditatorial, para compreender o esquecimento de artistas censurados na ditadura e passaram por um processo de esquecimento no período de abertura política do Brasil. Porém, deve-se ressaltar que poderia se pensar em outros casos de intelectuais que passaram pelo mesmo processo de perseguição e desconstrução da memória, como por exemplo Adelaide Carraro e Brigitte Bijou.

Do ponto de vista teórico e social, este objeto é importante para refletir sobre os impactos da ditadura na sociedade brasileira, pensar as consequências da censura na produção literária e na vida artística, principalmente nos campos de produção literária feminina e homossexual. É importante lembrar que esta produção era considerada atentatória à preservação de uma ordem moral brasileira baseada na família patriarcalista e tradicional.

Considera-se que o silêncio sobre personagens lésbicas está inserido em um contexto de ausência de obras que versem sobre o feminino como um todo, seja ele heterossexual ou homossexual (PORTINARI, 1989). Entretanto, há um aumento dos silêncios quanto à questão das personagens homossexuais femininas, afinal, tais personagens pertencem a duas minorias sociais, por serem mulheres e por serem lésbicas, e estas minorias sociais constituem-se, também, como minorias literárias.

Acerca do tema da narrativa e do seu contexto, Manoel Salgado Guimarães defende que a narração tem uma história, visto que a “a narrativa de experiência está diretamente ligada ao ato e à possibilidade de narrar, esta narração tem história, pois difere ao longo do tempo quanto às condições que a engendram e os dispositivos acionados para que ela exista” (GUIMARÃES, 2008, p. 13-14). Tais narrativas são historicizadas devido ao fato de serem produzidas segundo as condições socioculturais de seu tempo.

A narrativa, segundo o autor, é capaz de tornar o contingente em algo a ser lembrado e partilhado, podendo vir a constituir-se como memória cultural. A narrativa decodificada através da escrita faz com que ato de narrar experiências seja um ato de tradução, pondo em conexão experiências diversas. Assim, há a “possibilidade de autoconstrução e autoconhecimento, de produção de uma identidade que tem nesse outro a condição de significação” (GUIMARÃES, 2008, p. 16).

A pesquisa que estou desenvolvendo utiliza-se das possibilidades de análises oriundas a partir do advento de campos de pesquisa como a micro-história e a micro-sociologia. Tais campos mostram o quanto é necessário “propor articulações distintas que ultrapassem a oposição clássica entre subjetividades singulares e determinações coletivas” (GUIMARÃES, 2008, p. 25). Busco, então, analisar a relação entre trajetória individual e trajetória social (GOFFMAN, 1988), entre experiência individual e experiência cultural (SAHLINS, 2004), buscando entender o social a partir do ponto de vista do indivíduo (LAHIRE, 2006).

Um dos estudos que tem me auxiliado nesta pesquisa é a dissertação de Douglas Marcelino (2011), no qual o pesquisador observa que a luta política acabou por encobrir a existência da censura de costumes, permanecendo para a historiografia e para a memória social a resistência exercida no âmbito político.

Ridenti (2000) nos mostra que a legislação fazia referência explícita à moral e aos bons costumes e não a censura a temas políticos, a exemplo da existência do Decreto-lei 1.077. Para o autor, não era apenas uma estratégia de ocultamento da censura política, mas uma preocupação em relação à moral. Ele baseia suas afirmações mostrando que a ampla maioria de obras censuradas continham temas considerados eróticos. É importante ressaltar que não necessariamente tais obras eram eróticas, mas tocavam em temas como o sexo antes do casamento, aborto, homossexualidade, liberação sexual da mulher e outros considerados contrários à moral e aos bons costumes.

Um outro campo que tenho buscado estudar é sobre a reflexão sobre a memória da ditadura e seus efeitos culturais tem sido aprofundada tanto em âmbito nacional quanto internacional, principalmente nos Estados Unidos, país que teve estreita relação com as ditaduras que ocorreram no século XX na América do Sul. O historiador James Green, da Brown University, que viveu no Brasil no período da ditadura militar e participou do momento de fundação do movimento de direitos homossexuais brasileiro, tem diversos estudos sobre a relação entre homossexualidade e ditadura militar. Através de seus livros, é possível entender melhor a sociedade paulistana da época em que Cassandra Rios estava publicando suas obras, assim como as mudanças relativas à moral sexual vigente (GREEN, 2000, 2005).

Daniel Arão Reis (2000) afirma que há ênfase nos estudos históricos sobre a produção cultural dita “engajada”, como as de Chico Buarque e Glauber Rocha. O autor mostra que tais obras, apesar de sua qualidade, não atingiam a grande massa do público, que, muitas vezes, estava consumindo produtos culturais como as músicas da Jovem Guarda, do Tropicalismo e Brega; vendo filmes do Zé do Caixão e programas de televisão. Estes bens culturais, mesmo que censurados pela ditadura, como no caso de Cassandra Rios e da música Brega, foram pouco estudados no campo da sociologia e da história (ARAÚJO, 2002). Tendo em vista que “a desqualificação da obra proibida ocorria em dois níveis: desmerecendo seu valor literário específico por um lado, e por outro lado transferindo a questão para a esfera policial” (PIOVEZAN, 2005, p. 74), o que se pode perceber em casos como o de Rios é que atualmente há uma luta por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Esta disputa tem como um dos campos de batalha a imaginação, pois, como afirma Morales, “o indizível e o inexistente são produzidos através do controle sobre uma das coordenadas da inteligibilidade humana: a imaginação” (MORALES, 2010, p. 9). Para pensar a relação entre imaginação e esquecimento necessita-se de uma reflexão sobre a memória coletiva, que Halbwachs (2006) afirma como sendo coletiva e seletiva. Já Bosi (2012), reafirmando esta seletividade, mostra que a memória individual é um ponto de vista acerca de memória coletiva e que há uma luta simbólica pelos critérios de seleção do que significa, pois “sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado” (BOSI, 2012, p. 66).

Para Guimarães, “a lembrança, assim como o esquecimento, são atos fundamentais engendrados ativamente pelas sociedades como forma de se construírem. A vida coletiva estaria assim irremediavelmente ligada aos esforços simbólicos, a esse mundo imaginário” (GUIMARÃES, 2008, p. 31). Os textos de Cassandra Rios, literários ou autobiográficos, buscam sair do controle do imaginário já estabelecido pelo cânone literário, pois, como defende Certeau (1982), busca-se controlar o imaginário, não somente a realidade.

4. Considerações inconclusivas:

A tese em construção aqui apresentada tem feito achados no tocante à questão da perseguição moral realizada pela ditadura brasileira contra aqueles que representavam sexualidades consideradas desviantes. Cassandra Rios seria um exemplo-chave de alguém que lutou pelo rompimento destas barreiras.

A escritora poderia ter optado por apenas escrever suas histórias com pseudônimos masculinos e manter a vendagem de seus livros, porém ela ousou ir contra a cultura machista existente no seio do mecanismo de censura e continuar tentando publicar seus livros com protagonistas lésbicas. Tal atitude foi levando-a a ter de conviver com constantes perseguições e campanhas, inclusive com falsas notícias jornalísticas, tentando corromper a sua imagem.

Deve-se ficar atento que não somente a questão da moralidade existente na ditadura civil-militar foi a causa do esquecimento pelo qual passou Cassandra. Houve uma série de mudanças na sociedade brasileira, na qual diversos produtos culturais antes amplamente comercializados foram paulatinamente sendo deixados de lado, como a música brega, os filmes do Zé do Caixão e as pornochanchadas. Ocorre que todas estas expressões culturais, consumidas amplamente, depois deixadas de lado como sendo produções de baixa qualidade, hoje continuam sendo lembradas por aqueles que delas desfrutaram.

O trabalho com as fontes documentais tem mostrado que este estudo pode nos mostrar como a questão da moralidade e da censura moral ainda permanece, sob outros aspectos, na sociedade brasileira, considera tão liberal e ao mesmo tempo tão conservadora. A análise deste estudo não pode deixar de lado este aspecto ímpar da sociedade brasileira, sua dualidade moral.

5. Referências:

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não**: música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BANN, Stephen. Clio em parte: sobre o antiquariado e fragmento histórico. In.: ____ **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 129-152.

BECKER, Howard. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** - lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: ____ **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996a, p. 74-82.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.

FACCO, Lúcia; LIMA, Maria Isabel de Castro. Protagonistas lésbicas: a escrita de Cassandra Rios sob a censura dos anos de chumbo. **Labrys**, estudos feministas, agosto-dezembro de 2004, p. 2-6. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/lesb/bau.htm> > Acesso em: 17 jun 2015.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. História e Narrativa: historicizando um debate. In: Isabel Lustosa. (Org.). **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 13-32.

HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação. In.: ____ **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003, p. 213-224.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

_____. Experiências sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos PAGU**, n.3, 1994, p. 117-141.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. São Paulo: Artmed, 2006.

LUNA, Fernando. A perseguida. **TPM** – Trip para Mulheres. São Paulo: Trip Propaganda e Editora, n.3, jul. 2001, p.8-15.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

PIOVEZAN, Adriane. **Amor romântico X deleite dos sentidos**: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972) Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná. 2005. 105 f.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In.: **Estudos Históricos**, nº 3 - memória. São Paulo: Vértice, 1989.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Flávio de Araújo. **Ney Matogrosso**: sentimento contramão transgressão e autonomia artística. 2009. 271 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2009.

_____. **Secos e molhados**: transgressão, contravenção. 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2004.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência** - Censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, o CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RIOS, Cassandra. **Censura**: minha luta, meu amor. São Paulo: Global, 1977.

_____. **Mezzamaro, flores e cassis**: o pecado de Cassandra. São Paulo: Cassandra Rios Editora, 2000.

SAHLINS, Marshall David. Experiência individual e ordem cultural. In.: _____ **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004, p. 301 – 316.

SANTOS, Rick. Apresentação crítica e atualizada desta edição. In.: RIOS, Cassandra. **Uma mulher diferente**. São Paulo: Brasiliense: 2005.

SILVA, Deonísio da. **Nos Bastidores da Censura** - Sexualidade, Literatura e Repressão Pós-64. 2. ed. rev. Baueri: Manole, 2010.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas**: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro. 2010. 159 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2010.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 247-265.